 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE RECURSOS HÍDRICOS - SISMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p>		<p>1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 75018 / 2017</p> <p>Lavrado em Substituição ao AI nº: 75014 / 2017</p> <p>Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº 027633490 de 28/09/2017 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº</p>									
		<p>2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>									
<p>3. Órgão Responsável pela lavratura:</p> <p><input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAT <input type="checkbox"/> SUCFIS <input checked="" type="checkbox"/> PPMG</p>		<p>Local: Santa Vitória Dia: 28 Setembro 2017 Hora: 13:30</p>									
4. Autuado	<p>Nome do Autuado/ Empreendimento: Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool S/A</p>										
	<p>Data Nascimento: Nome da Mãe:</p>										
	<p><input type="checkbox"/> CPE: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 02.672.754/0002-19</p>										
	<p>Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Fazenda Campo Alegre Nº / km: Complemento:</p>										
<p>Barro/Logradouro: Zona Rural</p>		<p>Município: Santa Helena de Goiás UF: GO</p>									
<p>CEP: 73920-000 Cx Postal: 33 Fone: 643614-8100 E-mail:</p>											
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	<p>Nome do 1º envolvido: <input type="checkbox"/> CPE: <input type="checkbox"/> CNPJ: Vinculo com o AI Nº:</p>										
	<p>Nome do 2º envolvido: <input type="checkbox"/> CPE: <input type="checkbox"/> CNPJ: Vinculo com o AI Nº:</p>										
6. Descrição Infração	<p>Provocou incêndio em 393,64 hectares de monocultura de cana-de-açúcar, 41,13 hectares de pastagem, 1,11 hectares de área de preservação - 14,51 hectares de faixa de servidão, totalizando 450,39 hectares m/s fazenda Cruz e Macaúbas e outras, município de Santa Vitória-MG</p>										
7. Coordenadas da Infração	<p>Geográficas: DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input checked="" type="checkbox"/> SIRGAS 2000 Latitude: 19 Min 7 Seg 29,4 Longitude: 50 Min 19 Seg 26,17</p>										
	<p>Planas: UTM FUSO 22 23 24 X (6 dígitos) Y (7 dígitos)</p>										
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	86	III	326		C	44844/08	2002/13				IEF
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes					
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento	
						01	68	II	C	30%	
10. Reincidência	<p><input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>										
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total			
	01		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			323.669,17	97.100,75	420.769,92			
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$						
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:										
	Valor total das multas: R\$:										
<p>No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$</p>											
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	<p>Proibido de saque: Tiago Salomão Lorenzato Transportes - ME (10.782.857/0001-53) Fato ocorrido em 09/09/17 às 13:00hs, nas fazendas Santa Rita, Cruz e Macaúbas, Douradas, Apazíuel, Alto da Bela Vista, Santa Izabel, Nova Bonita e Cruz e Macaúbas - Encaminhar via AR uma vez que nenhum representante compareceu.</p>										
13. Depositário	Nome Completo:					<input type="checkbox"/> CPE: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG:					
	Endereço: Rua, Avenida, etc					Nº / km:		Bairro / Logradouro:		Município:	
	UF:	CEP:	Fone:		Assinatura:						
<p>O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAI, NO SEGUINTE ENDEREÇO: PRAÇA Tubal - Vila N.º 03 - POUSO UBCZLANDIA - MG</p>											
14. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível)					MASP:		Assinatura do servidor:			
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)					Função/Vinculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal			
	Deputado Manoel Soares Louado					14/12/14		[Assinatura]			
	Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool S/A										





CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 75018 /20 17

Local: Santa Vitória - MG Dia: 28 Mês: setembro Ano: 2017 Hora: 13 30

1. Descrição da Infração: Provocar incêndio em 40,84 hectares de área de preservação permanente nas fazendas Ceuz e Macaúbas e outras no município de Santa Vitória - MG

2. Coordenadas da Infração: Geográficas: DATUM: ☐ WGS ☒ SIRGAS 2000 Latitud: Graus 19 Min 07 Seg 29/4 Longitud: Graus 50 Min 19 Seg 26/7 Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Y= (6 dígitos) (7 dígitos)

3. Embasamento legal: Artigo 86 Anexo III Código 326 Inciso d Alínea 4 Decreto nº 44844/08 Lei nº 2002/13 Resolução DN Port Nº Órgão IET

4. Atenuantes / Agravantes: Atenuantes: N° Artigo Parágrafo Inciso Alínea Redução Agravantes: N° Artigo Parágrafo Inciso Alínea Aumento 01 68 II C 30%

5. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração 02 Porte ERP Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor 110.541,66 33102,49 143.644,15 Acrescimento Redução Valor Total

7. Demais penalidades/Recomendações/Observações:

8. Depositário: Nome Completo: Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro: Logradouro: Município: UF: CEP: Fone: Assinatura:

9. Descrição da Infração: Provocar incêndio em 40,01 hectares de mata nativa, nas fazendas Ceuz e Macaúbas e outras, município de Santa Vitória - MG

10. Coordenadas da Infração: Geográficas: DATUM: ☐ WGS ☒ SIRGAS 2000 Latitud: Graus 19 Min 07 Seg 29/4 Longitud: Graus 50 Min 19 Seg 26/7 Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Y= (6 dígitos) (7 dígitos)

11. Embasamento legal: Artigo 86 Anexo III Código 326 Inciso a Alínea 9 Decreto nº 44844/08 Lei nº 2002/13 Resolução DN Port Nº Órgão IET

12. Atenuantes / Agravantes: Atenuantes: N° Artigo Parágrafo Inciso Alínea Redução Agravantes: N° Artigo Parágrafo Inciso Alínea Aumento 01 68 II C 30%

13. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração 03 Porte ERP Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor 73.560,97 22.069,29 95.630,26 Acrescimento Redução Valor Total

15. Demais penalidades/Recomendações/Observações: O acrescimento refere-se a agravante aplicada

16. Depositário: Nome Completo: Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro: Logradouro: Município: UF: CEP: Fone: Assinatura:

17. Assinaturas: Servidor (Nome Legível): Devides Immanuel Soares Louzada Assinatura do Autorado Representante Legal: Assinatura do Autorado Representante Legal: Assinatura do Autorado Representante Legal: Assinatura do Autorado Representante Legal:



Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a header or introductory paragraph.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.

Handwritten text, mostly illegible due to fading. It appears to be a paragraph of text.



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M2828-2017-3000933

FI. 1/7

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO		MUNICÍPIO
3 GP MAMB/3 PEL/9 CIA PM IND MAT/9 RPM		SANTA VITORIA
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL		
UNIDADE MILITAR: 6 PEL/255 CIA PM/54 BPM/9 RPM		
UNIDADE POLICIAL: 12ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/SANTA VITORIA		
DATA DO REGISTRO	DESTINATÁRIO	
28/09/2017 13:39	12ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/SANTA VITORIA	

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA	DATA DA COMUNICAÇÃO	HORA DA COMUNICAÇÃO
PESSOALMENTE EM UMA UNIDADE/POSTO	11/09/2017	10:00

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL			
N32327 - PROVOCAR INCENDIO EM FLORESTAS, MATAS/VEGETACAO			
ALVO DO EVENTO		TENTADO / CONSUMADO	
FAZENDA		CONSUMADO	
DATA/HORA DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO
09/09/2017 15:00	15/09/2017 10:30	28/09/2017 16:08	28/09/2017 16:08
DESCRIÇÃO DO LUGAR		COMPL DE LOCAL MEDIATO	
FAZENDA		FAZENDA	
LOCAL (AV., RUA, ETC)			
FAZENDA CRUZ MACAUBA PROP MARIA JOSE RIBEIRO			
NÚMERO S/N	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO / VILA
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
MUNICÍPIO		UF	PAÍS
SANTA VITORIA		MG	BRASIL
PONTO DE REFERÊNCIA		LATITUDE	LONGITUDE
COORD. LAT. 19°07'33,47" LONG. 50°19'15,49"		-19° 10' 57,7"	-50° 21' 21,16"
TIPO VIA			
XXXX			

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
XXXXX	AUTOR	JURIDICA	N32327	CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA				
PROVOCAR INCENDIO EM FLORESTAS, MATAS/VEGETACAO				
NOME COMPLETO				
USINA SANTA HELENA DE AÇÚCAR E ALCOOL S.A				
NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF		
XXXX	XXXX	XX		
IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL			
XXXX	XXXX			
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO			
	NAO SE APLICA			
CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL			
XXXX	XXXX			
MÃE				
XXXX				
PAI				
XXXX				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO				
XXXX				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ	
XXXX	XXXX	XX	02673754000219	
ESCOLARIDADE				
XXXX				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)				
FAZENDA CAMPO ALEGRE - KM 6				
NÚMERO	KM	COMPLEMENTO		
0	XXXXX	CX POSTAL 33		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF		
ZONA RURAL	SANTA HELENA DE GOIAS	GO		
PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR	
BRASIL	75920-000	XXXX	(64) 3614-8100	

ENVOLVIDO 2

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA
MASCULINO	OUTROS	FISICA
NOME COMPLETO		
CÉLIO PEREIRA FILHO		
NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF
BRASILEIRA	11/11/1963	SANTO ANTONIO / RN



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M2828-2017-3000933

Fl. 2/7

ENVOLVIDO 2

IDADE APARENTE 53		ESTADO CIVIL UNIAO ESTAVEL	
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO IGNORADO		
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL ADMINISTRADOR		
MÃE GERALDA MARIA DE JESUS			
PAI PEDRO PEREIRA DOS SANTOS			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 1852575	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF GO	CPF / CNPJ 45558400110
ESCOLARIDADE SUPERIOR COMPLETO			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) FAZENDA CAMPO ALEGRE - KM 6	NÚMERO 0	KM XXXXX	COMPLEMENTO CX POSTAL 33
BAIRRO ZONA RURAL	MUNICÍPIO SANTA HELENA DE GOIAS	UF GO	
PAÍS BRASIL	CEP 75920-000	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR (64) 3614-8100

ENVOLVIDO 3

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO OUTROS	TIPO DE PESSOA FISICA	
NOME COMPLETO OSMAR LORENZATO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 20/09/1963	NATURALIDADE / UF RIBEIRAO PRETO / SP	
IDADE APARENTE 54	ESTADO CIVIL CASADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO IGNORADO		
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL ENGENHEIRO MECÂNICO		
MÃE ODILIA PERLOCA LORENZATO			
PAI ORLANDO LORENZATO			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 9258325	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF SP	CPF / CNPJ 04036584898
ESCOLARIDADE SUPERIOR COMPLETO			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA PIRAJUBA	NÚMERO 998	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO ITURAMA	UF MG	
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR (34) 999-744-303

ENVOLVIDO 4

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO OUTROS	TIPO DE PESSOA FISICA	
NOME COMPLETO VALTERCI RAMOS			
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 27/08/1966	NATURALIDADE / UF GOIANESIA / GO	
IDADE APARENTE 51	ESTADO CIVIL CASADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO IGNORADO		
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL ENCARREGADO DE MEIO AMBIENTE		
MÃE IRACI MESQUITA RAMOS			
PAI VICENTE DE PAULA RAMOS			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 261771	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF GO	CPF / CNPJ 43765530182



BOLETIM DE Ocorrência

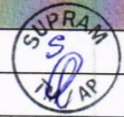
BO NÚMERO

M2828-2017-3000933

FI. 3/7

ENVOLVIDO 4

ESCOLARIDADE			
SUPERIOR COMPLETO			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO	KM
FAZENDA CAMPO ALEGRE - KM 6		0	XXXXX
		COMPLEMENTO	
		CX POSTAL 33	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF
ZONA RURAL	SANTA HELENA DE GOIAS		GO
PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR
BRASIL	75920-000	XXXX	(64) 3614-8100



ENVOLVIDO 5

SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO
XXXXX	OUTROS	JURIDICA	N32327	CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA				
PROVOCAR INCENDIO EM FLORESTAS, MATAS/VEGETACAO				
NOME COMPLETO				
TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTES - ME				
NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF		
XXXX	XXXX	XX		
IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL			
XXXX	XXXX			
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO			
	NÃO SE APLICA			
CUTIS	OCUPAÇÃO ATUAL			
XXXX	XXXX			
MÃE				
XXXX				
PAI				
XXXX				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO				
XXXX				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ	
XXXX	XXXX	XX	10782859000153	
ESCOLARIDADE				
XXXX				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
RUA PIRAJUBA		998	XXXXX	XXXX
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	
CENTRO	ITURAMA		MG	
PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR	
BRASIL	XXXX	XXXX	(34) 999-744-303	

HISTÓRICO DA Ocorrência / ATIVIDADE

NESTA DATA, AO TOMARMOS CONHECIMENTO DE QUE OCORRERA UM INCÊNDIO NA REGIÃO DA FAZENDA CRUZ E MACAUBAS, NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA, COMPARECEMOS NO LOCAL ONDE CONSTATAMOS O FATO. APÓS A MENSURAÇÃO CONSTATAMOS QUE O FOGO ATINGIU AS SEGUINTE PROPRIEDADES:

- FAZENDA SANTA RITA (48,33 HA)
- 38,89 HA DE CANA-DE-AÇÚCAR;
- 7,21 HA DE PASTAGEM;
- 2,23 HA DE MATA NATIVA;
- FAZENDA CRUZ E MACAUBAS (2,65HA)
- 2,64 HA DE PASTAGEM;
- FAZENDA DOURADOS (14,6HA)
- 11,2 HA DE PASTAGEM;
- 3,4 HA DE MATA NATIVA;
- FAZENDA APRAZÍVEL (55,58 HA)
- 39,36 HA DE CANA-DE-AÇÚCAR;
- 12,19 HA DE MATA NATIVA;
- 2,92 HA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE;
- 1,11 HA DE ÁREA DE EROSÃO
- FAZENDA ALTO DA BELA VISTA (92,24 HA)
- 74,77 HA DE CANA-DE-AÇÚCAR;
- 12,45 HA DE MATA NATIVA;
- 2,32 HA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE;
- 2,7 HA DE FAIXA DE SERVIDÃO;
- FAZENDA SANTA IZABEL (2,43 HA)
- 2,43 HA DE MATA NATIVA;
- FAZENDA AGUA BONITA (205,73 HA)
- 162,55 HA DE CANA-DE-AÇÚCAR;
- 5,74 HA DE MATA NATIVA;
- 25,63 HA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE;
- 11,81 HA DE FAIXA DE SERVIDÃO;



HISTÓRICO DA Ocorrência / ATIVIDADE

- FAZENDA CRUZ E MACAUBAS (113,68 HA)
78,07 HA DE CANA-DE-AÇÚCAR;
20,07 HA DE PASTAGEM;
5,57 HA DE MATA NATIVA;
9,97 HA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE;
2,7 HA DE FAIXA DE SERVIÇÃO;

NESTE SENTIDO AO TODO FORAM QUEIMADOS: 393,64 HECTARES DE CANA-DE-AÇÚCAR; 41,13 HECTARES DE PASTAGEM, 40,84 HECTARES DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE; 40,01 HECTARES DE MATA NATIVA, 1,11 HECTARES DE ÁREA DE EROSÃO E 14,51 HECTARE DE FAIXA DE SERVIÇÃO, TOTALIZANDO 535,24 HECTARES DE ÁREA TOTAL DAS 08 FAZENDAS ATINGIDAS. PARTE DAS PROPRIEDADES ESTAVAM ARRENDADAS PARA A CITADA EMPRESA ANDRADE. O FOGO INICIOU-SE NAS COORDENADAS S19°7'33,47" W50°19'15,49" EM UMA COLHEDORA DE CANA EM 09/09/17 POR VOLTA DAS 15:00HS), O QUAL SE ESPALHOU. TAL MÁQUINA ESTÁ SOB RESPONSABILIDADE DO SR. OSMAR (34 99974 4303) E DA USINA SANTA HELENA, FOI FEITO CONTATO COM OS RESPONSÁVEIS, OS QUAIS SE COMPROMETERAM A COMPARECEREM OU ENVIAREM REPRESENTANTES, JUNTO A ESTE GRUPAMENTO AMBIENTAL EM 20/09/17 AS 13:00 PARA OS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS. CONTUDO NA DATA E HORA MARCADAS OS RESPECTIVOS REPRESENTANTES (ENVOLVIDO 02, 03 E 04) NÃO ESTAVAM MUNIDOS DE DOCUMENTOS/ CONTRATOS QUE INDICASSEM A RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE E/OU TERCEIROS, ASSIM SENDO, FOI LAVRADA NOTIFICAÇÃO À USINA SANTA HELENA (ENVOLVIDA 01) A APRESENTAR EM 28/09/2017 ÀS 13HS00MIN, CONTRATO ONDE DEMONSTRE A RESPONSABILIDADE SUPRACITADA, BEM COMO, REPRESENTANTE LEGAL COM DEVIDA PROCURAÇÃO. INFORMO QUE NESTA DATA OS SRS. CÉLIO, OSMAR E VALTERCI (ENVOLVIDOS 02, 03, E 04) COMPARECERAM NESTE GRUPAMENTO AMBIENTAL, DE POSSE DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE USINA SANTA HELENA (ENV. 01) E TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTES (ENV. 05), ONDE NESTE, NÃO FICA CLARO A RESPONSABILIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS OCORRIDOS AO MEIO AMBIENTE. NOS FOI APRESENTADO UM "INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE CANA DE AÇÚCAR COM CLÁUSULA RESOLUTIVA E OUTRAS AVENÇAS" PELA SRA. MARIA JOSÉ RIBEIRO (NÃO QUALIFICADA NESTE BO/ REDS) PROPRIETÁRIA DA FAZENDA CRUZ E MACAUBAS, ONDE NO PARAGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA SEGUNDA, DEMONSTRA A RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS POR INCÊNDIOS DURANTE A COLHEITA. FOI LAVRADA ENTÃO AO ENVOLVIDO 01 USINA SANTA HELENA, AUTO DE INFRAÇÃO SEMAD NR 75014/ 2017, DE ACORDO COM O 86 ANEXO III CÓDIGO 326, ALÍNEAS C, D, A, DO DECRETO ESTADUAL 44.844/08 C/C NA LEI ESTADUAL 20.922/13 E LEI 9.605/08 EM SEU ART. 41 PARAGRAFO ÚNICO. UMA VEZ QUE O REPRESENTANTE DA ENVOLVIDA 01 NÃO ESTAVA DE POSSE DE PROCURAÇÃO O AUTO SERÁ ENVIADO VIA AR.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFIXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NÃO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX
MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO			
XXXX			

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA PRINCIPAL		ÓRGÃO POLICIA MILITAR		
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO CAMIONETA -				
PLACA ORC9213	PREFIXO / ÓRGÃO PM	REGISTRO GERAL 22489	PREFIXO PADRÃO PAF22489	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1411214	2 SARGENTO

NOME COMPLETO
DEYVIDE MANOEL SOARES LOUSADA

CORPORAÇÃO
POLICIA MILITAR

UNIDADE
3 GP MAMB/3 PEL/9 CIA PM IND MAT/9 RPM

Hipotecado?
NÃO

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1411388	CABO

NOME COMPLETO
HEYDER SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA

CORPORAÇÃO
POLICIA MILITAR

UNIDADE
3 GP MAMB/3 PEL/9 CIA PM IND MAT/9 RPM

Hipotecado?
NÃO



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M2828-2017-3000933

FI. 5/7

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE

3 GP MAMB/3 PEL/9 CIA PM IND MAT/9 RPM

MATRÍCULA

1411388

NOME COMPLETO

HEYDER SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA

CARGO

CABO

CORPORAÇÃO

POLICIA MILITAR

ASSINATURA:

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO M2828-2017-3000933 e Número de REDS 2017-027623490-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA

29/09/2017

HORA

08:43

MATRÍCULA

1330043

NOME

CLEITON COSTA VIANA

CARGO

DELEGADO DE POLICIA TITULAR

ÓRGÃO/UF

POLICIA CIVIL / MG

UNIDADE

12ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/SANTA VITORIA

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE

XXXX

ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO

XXXX

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:

PM1411388 - HEYDER SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:

28/09/2017 14:38

ANEXO MEIO AMBIENTE

NOME DO LOCAL

FAZENDA CRUZ E MACAÚBAS

BACIA HIDROGRÁFICA

RIO PARANAIBA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

REPRESSIVA

XXXX

AUTUAÇÕES E PROCEDIMENTOS

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

ENVOLVIDO NR.

1

NATUREZA DA AUTUAÇÃO

PROVOCAR INCENDIO EM FLORESTAS, MATAS/VEGETACAO

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI

75014/ 2017

VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)

507.571,8

Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI

XXXX

Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD

XXXX

Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR

XXXX

VALOR DO ERF (R\$)

XXXX

NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS

XXXX

Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT

XXXX

NOTIFICAÇÃO PARA DATA

XXXX

NOTIFICAÇÃO PARA HORA

XXXX

LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO

XXXX

FORMULÁRIOS UTILIZADOS

SEMAD - IEF

DESCRIÇÃO OUTROS

XXXX

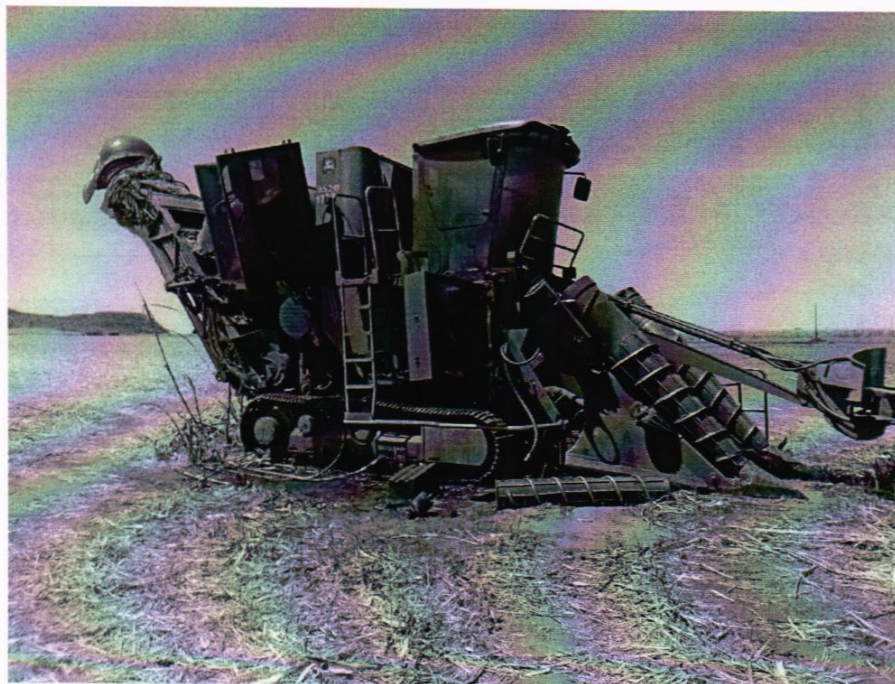


FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1





BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M2828-2017-3000933

Fl. 6/8

COMPLEMENTO 1

SOLICITANTE

POLICIA MILITAR/ MG 3 GP MAMB/3 PEL/9 CIA PM IND MAT/9 RPM

DATA SOLICITAÇÃO

16/10/2017

HORA SOLICITAÇÃO

08:00

NÚMERO OFÍCIO

XXXX

DATA/HORA RETIFICAÇÃO

16/10/2017 08:11

INFORMAÇÃO RETIFICADORA/COMPLEMENTAR

O AUTO DE INFRAÇÃO SEMAD Nº. 75014/2017 FOI SUBSTITUÍDO PELO AUTO DE INFRAÇÃO SEMAD Nº. 75018/2017 UMA VEZ QUE FALTOU NO DOCUMENTO O VALOR REFERENTE A AGRAVANTE APLICADA (DANO EM PROPRIEDADE ALHEIA) CUJO VALOR PASSOU A SER DE R\$ 659.843,33 (SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

COMPLEMENTO GERADO POR:

PM1411214 - DEYVIDE MANOEL SOARES LOUSADA





STANDARD FORM NO. 64
MAY 1962 EDITION
GSA FPMR (41 CFR) 101-11.6

1. This form is to be used for the purpose of recording the results of a performance appraisal. It is to be completed by the supervisor and the employee.

2. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.

3. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.

4. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.

5. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.

6. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.

7. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.

8. The form is to be filled out for each employee who is being appraised. It is to be filled out at the end of the appraisal period.



FOTO MEIO AMBIENTE 1



***** FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

***** FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****



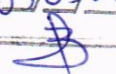


ILUSTRÍSSIMA SUPERINTENDENTE REGIONAL DE MEIO AMBIENTE – TM

Auto de Infração nº 75018/2017

Processo nº 495564/20

Autuada: Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool S/A.

SUPRAM TMAP
Recebido em 03/05/21
Visto : 

USINA SANTA HELENA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 02.673.754/0002-19 estabelecida na Fazenda Campo Alegre, Km 6, Caixa Postal nº 33, Zona Rural, no município de Santa Helena de Goiás, CEP 75.920-000, por seus advogados signatários, com endereço físico e virtual as margens do presente impresso, onde recebem as intimações de praxe e estilo, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, de forma apropriada e tempestiva, com fulcro no artigo 66 do Decreto Estadual 47.383/2018, interpor o presente:

RECURSO

Contra a decisão proferida, consoante os fatos e fundamentos jurídicos a seguir alinhavados.

TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso é tempestivo, vez que, conforme orientação da notificação, poderá ser remetido no prazo legal de 30 (trinta) dias por meio de AR, valendo-se da data da postagem. Tem-se ainda a suspensão dos prazos conforme Decreto nº 48.155, de 19 de março de 2021.





1. Síntese do Auto de Infração

Tratam-se os presentes autos de autuação por supostos incêndios imputados à Usina Santa Helena que ocorrera nos dias 17 e 28 de setembro de 2017, ambos em razão da colheita de cana de açúcar que realizava-se nas áreas citadas nos autos de infração aqui discutidos.

Notificada, a ora Recorrente apresentou defesa sustentando, preliminarmente, a ilegitimidade passiva, tendo em vista a flagrante ausência de responsabilidade da Usina Santa Helena.

Nesse sentido, a Usina Santa Helena ainda denunciou o real responsável pelo dano ambiental ocorrido, qual seja, o Sr. Tiago Salomão Lorenzato, com o fito de que o mesmo figurasse no polo passivo da presente demanda.

No mérito, reiterou a inaplicabilidade da pena à Usina Santa Helena ante a completa ausência de culpa no evento narrado na exordial.

E por último, mesmo não acreditando que a responsabilização recaísse sobre a ora Recorrente, pugnou pela inclusão do Senhor Tiago no polo passivo de forma solidária, assim como a minoração da multa aplicada, pregando pela proporcionalidade e também pelo fato da Usina encontrar-se em Recuperação Judicial, que reflete no grave momento enfrentando pela Recorrente.

Contudo, *data vênia*, o ilustre julgador, em uma decisão genérica e sem sequer analisar o conteúdo da defesa apresentada por esta Ré, concluiu pela procedência da reclamação e impondo à ora Recorrente, uma arbitrária e injustificada multa no valor de R\$ 659.843,33 (seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos).

2. Da decisão recorrida

Como previamente adiantado no item anterior, *data vênia*, **sem enfrentar quaisquer dos argumentos expostos na peça defensiva apresentada pela ora**

4



Recorrente, a autoridade julgadora, após tecer considerações GENÉRICAS acerca do que dispõe leis sobre a legitimidade do agente público fiscalizador em realizar autuações, entendeu por bem JULGAR PROCEDENTE o auto de infração, e condenando a Recorrente ao pagamento de multa no valor de R\$ 659.843,33 (seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos). Veja trecho extraído da parte dispositiva da decisão:

Destarte, somente uma matéria probatória consistente é capaz de afastar a validade do ato administrativo, que, repita-se, presume-se emitido com a observância da lei, até prova em contrário.

De certo, não compete ao autuado transmitir para a administração a obrigação que a lei lhe atribuiu, ou seja, a responsabilidade de produzir elementos probatórios aptos a afastar a autuação em questão, tendo em vista, principalmente, que as constatações efetivas no momento da fiscalização foram claramente explicitadas no Boletim de Ocorrência/Auto de Fiscalização e no Auto de Infração.

No caso concreto, entretanto, o autuado não trouxe aos autos elementos de prova aptos a desconstituir a presunção de legalidade e veracidade do ato administrativo, razão pela qual as penalidades aplicadas devem ser mantidas.

Diante disso, a Recorrente comparece perante Vossa Senhoria para, tempestivamente, interpor o competente recurso, com o objetivo de que seja CASSADA a decisão ou, então, modificado o entendimento exarado pelo Julgador.

3. NULIDADE DA DECISÃO.

3.1 Ausência de fundamentação. Violação dos artigos 93, IX, da C.F.

O **princípio da motivação**, insculpido na Constituição Federal Brasileira, de observância obrigatória a todos os atos administrativos, salvo os discricionários, tem como finalidade preservar o direito à ampla defesa e contraditório, bem como o exame da legalidade, finalidade e moralidade administrativa.

Segundo Hely Lopes Meirelles é pela motivação que “o administrador público justifica sua ação administrativa, indicando os fatos (pressupostos de fato) que ensejam o ato e os preceitos jurídicos (pressupostos de direito) que autorizam sua prática.”

4



Pois bem. Embora seja de observância obrigatória, pela análise da decisão recorrida, evidencia-se claramente que a Autoridade Julgadora de Primeira Instância NÃO analisou as teses de defesa expostas por esta Recorrente e muito menos fundamentou os motivos de improcedência das teses arguidas, se limitando a informar que forçosamente a constatação da infração cometida pela ora Recorrente se faz por critério objetivo, o que viola o art. 93, IX da C.F. e art. 46 do Decreto Federal 2.181/97, *in verbis*:

"Art. 93, IX da C.F. - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

"Art. 46. A decisão administrativa conterá relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória, a natureza e gradação da pena.

§ 1º A autoridade administrativa competente, antes de julgar o feito, apreciará a defesa e as provas produzidas pelas partes, não estando vinculada ao relatório de sua consultoria jurídica ou órgão similar, se houver. (...)"

Ademais, no caso em questão, não se trata apenas de embasar-se pelo relato do dano, mas atentar-se quanto ao conjunto probatório, **até porque restou configurado nos autos que a responsabilidade é exclusiva do Sr. Tiago Salomão**

Handwritten signature or mark.

Lorenzato, tendo em vista que o mesmo realizou todo o chamado “CTT” (Corte Transbordo Transporte), portanto, resta caracterizada a MÁ FÉ de quem informou que o maquinário causador do dano ambiental estava sob responsabilidade da Usina Santa Helena.

Destarte, esta Recorrente demonstrou claramente que a cana de açúcar era entregue à Usina Santa Helena pelo método cana de esteira, isto é, toda a responsabilidade pelo corte, colheita, transbordo e transportes são dos terceiros que ali atuavam, ou seja, a Usina NÃO era responsável pelos maquinários ou pelo pessoal empregado para colheita da cana de açúcar nas áreas em debate, portanto, não pode ser responsabilizada e ser onerada com penalidades que não podem lhe ser imputadas.

Contudo, ao invés de enfrentar as teses arguidas (ilegitimidade passiva, denúncia no polo passivo, improcedência do pedido de culpa da Usina e solidarização do responsável pelo dano, minoração da multa), a decisão recorrida limitou-se a sustentar, GERICAMENTE, que a responsabilidade é da Recorrente, e que a mesma não trouxe argumentos capazes de descaracterizar a responsabilização da Usina, mesmo com todos elementos juntados aos autos, o que representa grave afronta ao princípio da ampla defesa e contraditório, bem como ao texto constitucional, em especial o art. 93, inciso IX e art. 5º, caput.

A ausência da motivação e oportunização a todos os meios legais de prova prejudica sobremaneira o direito constitucional da Recorrente à ampla defesa, além de derrogar a norma expressa no art. 93, inciso IX da CF, a qual prevê a obrigatoriedade de fundamentação das decisões. É direito da parte de ter sua impugnação analisada e receber do “Julgador Administrativo” motivos suficientes e claros a respeito da improcedência dos argumentos deduzidos.

A esse respeito, esclarece FREDIE DIDIER JR.¹:

¹ JÚNIOR, Fredie Didier. Curso de Direito Processual Civil. Volume II, Ed. Jus Podvm.

"É imprescindível que se indique também por que as alegações e provas trazidas pela parte derrotada não lhe bastaram à formação do convencimento. Trata-se de aplicação do princípio do contraditório, analisado sob a perspectiva substancial. **Não basta que a parte seja dada a oportunidade de manifestar-se nos autos e trazer as provas cuja produção lhe incumbe; é necessário que essa sua manifestação, esses seus argumentos, as provas que produziu sejam efetivamente analisados e valorados pelo magistrado. ALÉM DISSO, O JULGADOR DEVE EXPOR NA SUA DECISÃO OS MOTIVOS POR QUE TAIS ARGUMENTOS E PROVAS NÃO O CONVENCERAM. (...) Isso é importante até para que a parte derrotada possa lançar mão dos meios de controle da decisão judicial que lhe é desfavorável.**"

Por estas considerações, a Recorrente espera que Vossa Senhoria, reconhecendo a ausência de fundamentação deflagrada, declare a **NULIDADE** da decisão proferida.

4. RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

Como a decisão recorrida não enfrentou qualquer das questões arguidas na defesa, mister trazê-las novamente à lume para que, desta vez, sejam verdadeiramente analisadas.

4.1 Da Ilegitimidade Passiva – Responsabilidade de Terceiro (Sr. Tiago Salomão Lorenzato).





Ilustre Superintendente, como a decisão recorrida concluiu pela responsabilidade da Recorrente, desprezando, desta forma, toda a argumentação disposta na peça defensiva, em especial pelo fato do real responsável ser reconhecido, se revela imprescindível a retirada da Usina Santa Helena do polo passivo da presente demanda.

De fato, a cana de açúcar colhida nas áreas era destinada à Usina Santa Helena, entretanto, o conhecido Corte Transbordo Transporte "CTT" **não era de responsabilidade da Recorrente, e sim da empresa do Sr. Tiago Salomão Lorenzato**, portanto, única responsável pelos danos ambientais ora em suposição atribuídos à USH.

Assim, evidencia-se a MÁ FÉ do informante que notificou que o maquinário causador do dano ambiental estava sob responsabilidade desta Recorrente, na nítida busca de escusar o real responsável pelo ocorrido.

A cana de açúcar era entregue à Usina pelo método cana de esteira, isto é, toda a responsabilidade pelo corte, colheita, transbordo e transportes são dos terceiros que ali atuavam, portanto, a Usina Santa Helena não era a responsável pelo maquinário ou pelo pessoal empregado na colheita.

Nesta senda, não há que se falar em legitimidade da Usina Santa Helena para figurar no polo passivo da presente demanda, vez que esta Recorrente sequer praticou qualquer atividade nas áreas atingidas pelos danos ambientais narrados nos autos de infração.

A atuação da Usina Santa Helena não contribuiu, de forma alguma, para causar os supostos danos que se pretende reparar, vez que, a colheita realizada em ambas as áreas em discussão não eram de sua responsabilidade e muito menos os equipamentos responsáveis pela queimada noticiada nos autos.

Nesse sentido, tem-se que o responsável é o Sr. Tiago Salomão Lorenzato, sendo o ÚNICO culpado pelas condutas tipificadas nos autos de infrações em debate, portanto, sendo o único que perfaz perfeitamente o nexo de causalidade entre direito invocado e conduta tipificada.

Os danos ambientais denunciados foram causados exclusivamente pela ação (queimada – evento fortuito) dos equipamentos utilizados pelo Sr. Tiago Salomão Lorenzato para colheita quem questão, o qual é o único responsável legítimo para figurar nos autos de infrações aqui discutidos.

Mais a mais. Faz-se necessária o destaque de trechos do contrato de prestação de serviços firmado entre esta Recorrente e o Sr. Tiago, os quais demonstram cabalmente a responsabilidade do mesmo nas questões aqui debatidas. Veja a seguir.

- A EMPRESA CONTRATADA:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
COLHEITA DE CANA-DE-AÇÚCAR PARA MOAGEM**

CONTRATANTE: USINA SANTA HELENA DE AÇÚCAR E ALCOOL S/A, em recuperação Judicial, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.675.754/0003-08, com sede na Fazenda Campo Alegre, Zona Rural, Santa Helena de Goiás - GO, CEP 75.920-000, neste ato devidamente representada por seu procurador o Sr. **GEORGE MOUSSA GEORGES**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 267.381.121-49, com endereço comum ao da empresa;

CONTRATADA: **TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTE - ME**, nome de fantasia "TRANSPORTADORA LORENZATO" pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob nº 10.782.859/0001-53, com sede na R. PIRAJUBA, nº 994, Centro, CEP: 38.280-000, Iturama-MG. Neste ato representada pelo Sr. **TIAGO SALOMÃO LORENZATO**, Brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na R. PIRAJUBA, nº 994, Centro, CEP: 38.280-000, Iturama-MG, identidade nº 15246978 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 090.025.876-43.

- O OBJETO DO CONTRATO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

O presente instrumento tem como objeto a prestação de serviço pela CONTRATADA, consistente na colheita mecanizada de cana-de-açúcar para moagem, dentro das lavouras nas áreas agrícolas exploradas pela CONTRATANTE.

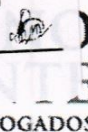
- INÍCIO DO CONTRATO:

[Assinatura]



BA
& VALENTE

NAI - TM
Folha nº100



SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Do período de vigência do Contrato

O início da prestação dos serviços contratados será de 15 de Agosto de 2017 até o final da Safra/Colheita de 2017 da CONTRATANTE.

- PESSOAL CONTRATADO PARA TRABALHAR NO LOCAL:

CLÁUSULA SÉTIMA - Das pessoas que prestarão o serviço

Para execução do objeto do presente termo, a CONTRATADA deverá contratar (por sua inteira responsabilidade e custas) tantos operadores que se fizerem necessários ao cumprimento da carga horária e metas tratadas no presente instrumento.

- MÁQUINAS UTILIZADAS e o RESPONSÁVEL PELAS MESMAS:

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos dados de Máquinas:

Para realizar a colheita da cana, o CONTRATADO utilizará para a prestação de serviços os seguintes equipamentos:

- 01 (uma) Colhedora de Cana, marca John Deere, modelo 3520, pneu, Série: NW3520W090182, alocado para empresa TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTE - ME.

- 01 (uma) Colhedora de Cana, marca John Deere, modelo 3520, esteira, Série: NW3520W090192, alocado para empresa TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTE - ME.

- 01 (uma) Colhedora de Cana, marca John Deere, modelo 3520, pneu, Série: , alocado para empresa TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTE - ME.

- 01 (uma) Trator transbordo, marca John Deere 6180J, Série: 1B15186JCB0003, cor verde, alocado para empresa TIAGO SALOMÃO LORENZATO TRANSPORTE - ME.

- DA RESPONSABILIDADE DO Sr. TIAGO SALOMÃO LORENZATO:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do dever de cumprimento da legislação

A CONTRATADA se obriga a observar e cumprir todas as leis e regulamentos pertinentes a matéria, se responsabilizando integralmente, por toda e qualquer reparação por danos materiais e/ou morais em consequência de acidentes de qualquer natureza e origem, que envolva seu maquinário ou seu funcionário.

Ora, percebe-se de forma clara que a Usina Santa Helena não teve culpa alguma no acidente ocorrido, vez que a TOTAL RESPONSABILIDADE é do Sr. Tiago, como exhaustivamente demonstrado nesta peça recursal e em todo bojo do processo administrativo.

4.2 Da multa aplicada. Violação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade

Da análise da multa imposta, R\$ 659.843,33 (seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), observa-se que os princípios da razoabilidade e proporcionalidade não foram sequer observados in casu.

A conduta realizada pelo Sr. Tiago, e injustamente imposta a esta Recorrente não possui nível de gravidade compatível com a imputação da multa pecuniária em questão, ainda mais quando considerado que esta Recorrente não era a responsável por QUALQUER atividade realizada nas áreas em questão, e que o verdadeiro responsável está devidamente identificado tanto na peça de defesa quanto no presente recurso.

Claro, portanto, que a quantia arbitrada a título de multa encontra-se desproporcional.

De outro lado, a Recorrente é uma empresa que passa pelo Plano de Recuperação Judicial, o que por si só demonstra a dificuldade enfrentada no momento e que, uma multa nessa proporção pode resultar no fechamento definitivo de toda atividade exercida pela Usina Santa Helena.



Por essas razões, requer seja declarada a insubsistência da multa aplicada, a fim de que seja a Recorrente isenta do pagamento de qualquer penalidade ou, ao menos, seja a multa em questão reduzida para patamar condizente com a realidade em voga.

5. DOS PEDIDOS

Face o exposto, requer digno-se Vossa Senhoria em conhecer deste recurso, Excelência e dar-lhe **INTEGRAL PROVIMENTO**, declarando a **NULIDADE** da decisão recorrida, face a cristalina violação do princípio da motivação e cerceamento do direito de defesa da Recorrente.

Subsidiariamente, caso não seja este o entendimento, requer seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Usina Santa Helena, face a completa ausência de responsabilidade da mesma.

Ultrapassada a preliminar, acima, que reconheça a TOTAL responsabilidade do Sr. Tiago Salomão Lorenzato, sendo o **ÚNICO** responsável pelo danos ambientais aqui discutidos, tendo em vista a vasta gama de provas nesse sentido.

Ultrapassadas as preliminares, o que não se espera, requer a **REFORMA** da decisão, isentando a Recorrente de qualquer obrigação. Contudo, caso não seja esse o entendimento de Vossa Senhoria, requer a redução equitativa da penalidade aplicada.

Pede deferimento.

Goiânia – GO, 27 de abril de 2021.



Daniel Rodrigues Andrade Valente

OAB-GO 52.361



306
7

PARECER	
AUTUADO: USINA SANTA HELENA AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A	
CNPJ/CPF: 02.673.754/0002-19	
PROCESSO ADMINISTRATIVO CAP: 495564/20	
AUTO DE INFRAÇÃO: 75018/2017	
BOLETIM DE OCORRÊNCIA: 2017-027623490-001	

Infringência: Lei 20.922/2013			
Penalidade: Artigo 86 do Decreto Estadual 44.844/2008			
Anexo	Agenda	Código	Descrição da Infração
III		326	I - Provocar incêndio em 393,64ha de monocultura de cana de açúcar; 41,13ha de pastagem; 1,11ha de área de erosão; 14,51ha da faixa de servidão. II – Provocar incêndio em 40,84ha de Área de Preservação Permanente (APP). III – Provocar incêndio em 40,01ha de mata nativa.

1 RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração nº.75018/2017 do dia 28/09/2017 vez ter sido constatado durante a fiscalização incêndio em área de 393,64ha de monocultura de cana de açúcar, 41,13ha de pastagem, 1,11ha de área de erosão, 14,51ha de área de servidão, 40,84ha de Área de Preservação Permanente e 40,01ha de mata nativa.

O referido Auto de Infração foi lavrado, com fundamento no art. 86 Decreto de nº. 44.844/08 e pela prática da infração supramencionada fora aplicada a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 659.843,33.

Apresentada defesa, esta foi julgada improcedente, pois conforme parecer processual, o recorrente não trouxe aos autos argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, sendo que não se desincumbiu de comprovar o alegado, sendo mantida a penalidade aplicada no auto de infração.

O recorrente foi notificado da decisão do processo nos termos do artigo 43, do Decreto Estadual 44.844/2008, sendo que inconformado com a decisão, interpôs recurso conforme previsto no artigo 66 do citado Decreto.

Em sede de recurso o recorrente alega ausência de fundamentação na decisão, ilegitimidade de parte, e princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

É o relatório.

2 FUNDAMENTO

✓



Ultrapassado o breve relatório, há que se adentrar a análise das razões recursais, a fim de demonstrar, ao final, que não merece guarida as questões postas pelo Recorrente, senão vejamos.

Princípio da Motivação

Aduz que a motivação exposta no parecer jurídico não logrou êxito em desqualificar as teses arguidas pelo recorrente, no entanto, a recorrente enumera diversos pontos que deveriam ter sido analisados e que, segundo seu entendimento, foram omitidos no parecer que lastreou a decisão combatida.

A fundamentação, mesmo que modesta, é exigência constitucional, conforme previsto no art. 93, inciso IX, da CF/88, que assim, determina: "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade".

Outrossim, usando de analogia ao art. 165 do Estatuto Processual Civil recomenda: *"As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso"*.

Portanto, a lei admite concisão, breve fundamentação e desnecessidade de exposição circunstanciada. O que gera a nulidade da decisão não é a escassez de sua fundamentação, mas a sua absoluta ausência.

No presente caso, nem mesmo se pode dizer que o parecer apresentou fundamentação sucinta, uma vez que houve apreciação detalhada dos motivos que determinaram a improcedência dos pedidos do autuado, sendo absolutamente desnecessário tecer considerações delongadas acerca de cada ponto apresentado na defesa que, reitero, algumas vezes representam apenas reiteraões sob enfoque diverso, e ainda argumentos meramente protelatórios.

Desse modo, presentes todas as razões de convencimento da autoridade decisória, explanadas de forma suficiente, não procede a pretensão de declaração de nulidade da decisão, nem tão pouco do Auto de Infração. Sendo assim, não prevalece o argumento do Autuado, pois a decisão foi motivada com base em parecer encostado nos autos, obedecendo a legislação e orientação administrativa, cumprindo, assim, o princípio da motivação dos atos administrativos.

Quanto ao presente Auto de Infração cumpre esclarecer, que o mesmo está em conformidade como o princípio da motivação. Motivar nada mais é que expor/explicitar, por escrito, os motivos, pressupostos de fato (conjunto de circunstâncias, de acontecimentos, de situações) e de direito (dispositivo legal em que se baseia o ato) que servem para fundamentar o ato administrativo.

No caso em foco, o ato administrativo está devidamente motivado no próprio instrumento do Auto de Infração, onde se encontra o dispositivo legal violado, bem como as penalidades a serem impostas. O Auto de Infração também



107
7

explicita o fato constitutivo da infração, o qual está devidamente detalhado no Boletim de Ocorrência/Auto de Fiscalização.

Desta maneira, não há que se falar em qualquer vício na autuação contra a qual se insurge a recorrente, nem no processo administrativo relativo à mesma, que enseje sua nulidade.

Ilegitimidade da Parte

Verifica-se que a recorrente traz o argumento de ilegitimidade passiva, vez que firmou contrato de prestação de serviços com o Sr Tiago, que é proprietário da máquina colheitadeira, atribuindo a este a responsabilidade exclusiva quanto ao incêndio provocado.

O alegado contrato firmado pela empresa Usina Santa Helena e o a Transportadora Lorenzato, não exime a requerente/autuada das penalidades aplicadas, vez que a natureza jurídica da responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, com presunção de culpa mediante a adoção da teoria do risco criado, admitindo-se autoria direta e concorrência.

Ressalte-se que a autuada é detentora do empreendimento e destinatária do produto colhido, onde está localizado a plantação de cana, de onde iniciou o incêndio, conforme consta no Auto de Infração.

Portanto, a autuada é responsável também por todas as atividades existentes em seu empreendimento, não podendo se furtar da responsabilidade administrativa ambiental por meio de contrato entre particulares.

A requerente/autuada não pode requerer apenas os bônus do empreendimento (imediatidade lucrativa) e não arcar com os ônus decorrentes das atividades de risco.

Frise-se que o art. 56, §3º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, reza que as penalidades pelo descumprimento da legislação ambiental recaem sobre todos aqueles que concorrem para a infração, senão vejamos:

“Art. 56 [...]

§ 3º – O auto de infração deverá ser lavrado para cada infrator que tenha participado, concorrentemente, da prática da infração, sendo aplicadas as respectivas penalidades”.

No mesmo caminho, também dispõe a Lei Estadual nº 20.922/2013, que trata das políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado:

Art. 109. As penalidades previstas no art. 106 incidem sobre os autores, sejam eles diretos, representantes legais ou contratuais, ou sobre quem concorra para a prática da infração ou para obter vantagem dela”.

7



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Diretoria de Controle Processual – Núcleo de Autos de Infração

Portanto, diante de todo o contexto, fático e jurídico apresentado, é incabível o acatamento da ilegitimidade passiva, em razão da ligação da requerente/autuada com a infração ambiental descrita no Auto de Infração.

Neste prisma, é importante novamente reiterar que no âmbito da responsabilidade administrativa ambiental, estamos sob a égide do Direito Processual Administrativo, cuja responsabilização difere substancialmente das áreas relacionadas à responsabilidade civil e penal.

Assim, vige no âmbito do Direito Administrativo Ambiental a responsabilidade subjetiva com presunção de culpa mediante a adoção da teoria do risco criado, e, nesta situação, a culpabilidade do agente é presumida, diante do lato prejuízo ao interesse público.

Nesse sentido é o entendimento dos tribunais superiores, e, da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, por meio do Parecer nº 15.877, de 23 de maio de 2017:

“DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. MEIO AMBIENTE. TRÍPLICE RESPONSABILIDADE. ART. 225, §3º DA CR/88. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL. NATUREZA SUBJETIVA. CULPABILIDADE. INTRANSCENDÊNCIA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. IUS PUNIENDI. DEVIDO PROCESSO SUBSTANCIAL. CULPA PRESUMIDA. PARECERES AGE NS. 15465/2015 E 15.812/2016. PARECER ASJUR/SEMAD 46/2017.

A natureza jurídica da responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, admitindo-se autoria direta e concorrência, na forma da legislação estadual, sendo a culpa presumida, incumbindo ao acusado o ônus de provar o contrário [...]”.

Isto posto, verifica-se que não existe comprovação nos autos que ateste a veracidade da informação veiculada pela requerente/autuada. Para o rompimento do nexo de causalidade, a demonstração de qualquer excludente deve ser cabal e inequívoca, tendo em vista que o ônus de demonstração é da defendente, diante da aplicação da responsabilidade subjetiva com presunção de culpa, que é a regra existente no Direito Processual Administrativo.

Desta forma, diante da inexistência de comprovação do alegado, não é possível o acatamento do argumento de caso fortuito e força maior, sendo certo que o incêndio decorreu de uma fâisca ou labareda de fogo que saiu da colheiteira de responsabilidade da requerente/autuada, conforme consta no Boletim de Ocorrência, o que atrai a responsabilidade para a autuada em todos os seus termos.

É importante consignar que o empreendedor deve tomar o devido cuidado no desenvolvimento de suas atividades, sendo oportuno destacar que, no contexto do direito ambiental, segue-se o rastro do princípio da precaução, in dubio pro natura, carregando consigo uma forte presunção em favor da proteção da saúde humana e da biota, conforme já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça (REsp. 883.656, RS; Rel. Min. Herman Benjamin; DJ: 09/03/2010).

40



107

Ademais, visto que é responsabilidade da empresa CONTRATANTE o “in Vigilato”, que tem por obrigação fiscalizar a empresa CONTRATADA no decorrer de suas atividades.

Disposto no parágrafo 1º da cláusula nona: “[...] a CONTRATANTE, por meio de seu Departamento de Segurança, impedirá a continuação da prestação dos serviços até que seja sanada a irregularidade;” do contrato de prestação de serviço assinado pelas partes e anexo no processo em andamento.

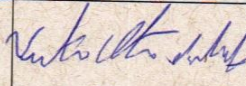
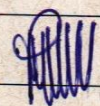
Princípio da razoabilidade e proporcionalidade

O autuado alega que houve a violação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. Razão na lhe assiste, haja vista que o agente ambiental indica, as sanções, ou seja, consigna no campo próprio do auto de infração o valor que o Decreto Estadual 47.383/2018 estabelece para a infração, levando em consideração os parâmetros estabelecidos nos anexos e seus respectivos códigos de infrações, e, assim, dá-se início ao devido processo legal de apuração da conduta lesiva ao meio ambiente.

Ocorre que a multa por infração à legislação ambiental tem por objetivo reprimir/prevenir a degradação/poluição ao meio ambiente, sendo assim, não há que se falar que houve violação de princípios na sanção pecuniária, haja vista que houve estrita aplicação das normas ambientais em vigor.

Assim, por todo o exposto, opinamos pelo **IMPROVIMENTO DO RECURSO**, com a manutenção da decisão administrativa, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Assim sendo, apresenta-se o Processo Administrativo à Egrégia Unidade Regional Colégiada do COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para julgamento.

Uberlândia, 05 de janeiro de 2022	
Alice Souza Estagiário (a) - Direito	
Víctor Otávio Fonseca Martins Gestor Ambiental	 Víctor Otávio Fonseca Martins Coordenador Núcleo de Autos de Infração SUPRAM TM / SEMAD / MG MASP 1.400.276-0
De acordo: Paulo Rogério da Silva Diretor de Controle Processual	 Paulo Rogério da Silva Diretor Regional de Controle Processual SUPRAM TM/SEMAD/MG MASP 1.459.728-6

